AS CIDADES E AS CIÊNCIAS SOCIAIS: UMA SOCIOLOGIA DOS ESTUDOS URBANOS NO BRASIL

André de Pieri Pimentel
andre.pierip@gmail.com
Centro de Estudos da Metrópole
Brasil

RESUMO

O campo dos estudos urbanos tem se desenvolvido desde o início do século XX, a partir de esforços vindos tanto da área da sociologia quanto da antropologia. Ao longo desses anos essas pesquisas que buscavam refletir sobre os espaços urbanos e suas complexidades constituíram uma proposta metodológica que privilegia a prática da etnografia. Atualmente, no contexto brasileiro, é corrente a perspectiva de que tais estudos devam se debruçar sobre certas populações ou grupos que "fazem a cidade" em uma dimensão concreta e ao nível da superfície. Porém, se os referenciais metodológicos e as discussões em torno do método etnográfico nesse período evoluíram significativamente, o mesmo não se pode dizer em relação aos nossos temas de reflexão e à forma como nós enquanto pesquisadores nos posicionamos em relação a eles. Por mais que se reconheça a agência e a intervenção desses sujeitos que "fazem a cidade", muitas vezes se presume que essa mesma agência lhes é negada em um suposto debate público hegemônico. Nesse artigo, eu proponho que os estudos urbanos no Brasil, ao privilegiar historicamente populações, territórios e grupos sociais marginalizados, assim como essas, pessoas, também "fazem cidade", na medida em que atuam para que essas questões figurem no debate público como "problemas da cidade".

ABSTRACT

The field of urban studies has developed since the beginning of the twentieth century, based on efforts coming from sociology and anthropology. Throughout these years, these researches that intent to analyze the urban spaces and their complexities developed a methodological perspective that privileges the practice of ethnography. In the contemporary Brazilian context, is current the perspective that such studies should focus on certain populations or groups that "make the city" in a concrete dimension and at the surface level. However, if the methodological frameworks and the discussions about the ethnographic method during this period have evolved significantly, the same can not be said about our themes of researches and the way we as researchers put ourselves in relation to them. However we recognize the agency and the intervention of these subjects who "make the city", we usually presume that this same agency is denied in a supposed hegemonic public debate. In this article, I propose that urban studies in Brazil, by historically privileging marginalized populations, territories and social groups, as well as these people, also "make city", as they act so that these issues appear in the public debate as "problems of the city".

Palavras chave: Estudos urbanos no Brasil, etnografias urbanas, marginalidades

Keywoords: Urban studies in Brazil, urban ethnographies, marginalities.

I. Introdução

A questão das cidades e dos espaços urbanos é um tema de estudos nas ciências sociais a mais de cem anos. Boa parte das pesquisas inseridas em algum projeto disciplinar que visou uma análise aprofundada dos contextos urbanos, de diferentes maneiras e valendo-se de uma diversidade de ferramentas metodológicas, trabalhou com a lógica de que o foco privilegiado desse tipo de análise deveria residir naqueles agentes que "fazem a cidade", em uma dimensão concreta e ao nível da superfície. Meu argumento nesse artigo é o de que a prática dos estudos urbanos, ao discutir certas questões que são tidas como "de relevância social", acaba por consolidar esses temas enquanto articulados a uma questão maior, que é a própria cidade. Dessa forma, ao privilegiar um determinado conjunto de temáticas e de contextos enquanto questões de pesquisa, as ciências sociais contribuem para que essas questões sejam vistas publicamente como "problemas" sociais (e urbanos).

Meu objeto de análise nesse artigo, portanto, não é a cidade que se produz a partir das práticas, mas sim a cidade enquanto representação de um ambiente que possui certas características, certos problemas intrínsecos e que é figurada enquanto um objeto de análise ou de intervenção concreta. Meu objeto de análise é a cidade enquanto representação simbólica, mobilizada, reafirmada, contestada e desconstruída não apenas por nós, cientistas sociais, mas também por políticos e formuladores de políticas públicas, pela imprensa, pelo capital financeiro, por ativistas políticos e/ou culturais, enfim, por todos aqueles que de alguma forma se engajam em refletir e intervir sobre a "questão".

Como argumentarei ao longo dessa exposição, refletir sobre como a sociologia e a antropologia trataram e analisaram os espaços urbanos não se resume a tecer uma genealogia de ideias restritas e confinadas a uma ou mais correntes ou etapas específicas nas histórias dessas disciplinas. Refletir sobre essa questão é também refletir sobre a constituição histórica dessas disciplinas e também da cidade enquanto objeto de análises ou intervenções propriamente concretas.

II. Marco teórico/ marco conceitual

A pesquisa contida nesse artigo é uma versão resumida de um dos capítulos de minha dissertação de mestrado, prevista para ser finalizada no início de 2018[1]. O ponto de partida teórico dessa reflexão, que busca dialogar com o campo das etnografias urbanas no Brasil, advém em grande medida de contribuições propostas em outros campos de pesquisas. Uma grande inspiração para a proposta dessa pesquisa reside na reflexão foucaultiana acerca da produção de saberes e de mecanismos disciplinares no contexto da modernidade[2], e a posterior complexificação desses mecanismos já em um contexto de uma sociedade de controle[3]. Essa parte da reflexão foucaultiana que propõe uma crítica aos saberes científicos é bastante conhecida e citada, mas pouco é lembrado o fato de que a crítica, até certo ponto, também se estende a nós, cientistas sociais.

Porém, ao me apropriar dessa discussão foucaltiana, eu tenho também em vista a crítica formulada pela crítica literária indiana Gayatri Spivak ao projeto proposto por Foucault de "ativação dos saberes sujeitados". Segundo Foucault (1979), a desconstrução dos saberes hegemônicos poderia ser proposta no plano acadêmico a partir de um ponto de vista que visasse analisar os fenômenos sociais de uma perspectiva capilar, ou seja, situada no nível da aplicação empírica desses saberes e de seus mecanismos. Porém, segundo Spivak (2010), ao propor tal projeto, Foucault estaria cometendo o erro de procurar no "outro" (o subalterno) um tipo de agência e de subjetividade confinada a uma visão ideológica europeia de "sujeito", cometendo portanto uma "violência epistêmica" contra aqueles cujos saberes ele julgava estar ativando.

E aqui chegamos a uma outra contribuição que se insere nesse debate: A obra *O Orientalismo*, de Edward Said (1990). O autor, palestino e também crítico literário, se debruça sobre a multiplicidade de regimes de saberes e de práticas que atuam no sentido de uma produção da imagem de um "outro" (no caso, o "oriental") que se fundamenta em um distanciamento de cunho epistemológico – ou seja, que o representa como uma espécie de "negativo do eu". Embora essa reflexão tenha sido proposta em um ambiente intelectual bastante diverso do dos estudos

1 A pesquisa de mestrado da qual essa reflexão faz parte é financiada com bolsa concedida pela Fundação do Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (processo nº 2016/05431-8).
2 *Vigiar e punir* (1987), *Microfísica do poder* (1979).
3 *Em defesa da sociedade* (1999).

urbanos contemporâneos, acredito que ela introduz um elemento que nos é importante. Na medida em que nós, enquanto etnógrafos urbanos, historicamente privilegiamos certas camadas da população em nossas pesquisas – independentemente do quão justificável ou não é o nosso interesse analítico, ou do quão úteis foram nossas contribuições – podemos acabar atuando no sentido de uma construção discursiva de um "outro", mesmo que não seja essa a nossa intenção. Em suma, o debate que viso propor nesse artigo é um debate teórico, que se apoia em uma revisão crítica da bibliografia produzida no campo dos estudos urbanos no Brasil e também em pressupostos teóricos formulados e/ou apropriados por outros campos de pesquisas, como por exemplo os estudos pós-coloniais.

III. Metodologia

De acordo com a proposta desse texto, que é conduzir uma reflexão crítica sobre a constituição e sobre o contexto mais atual desse campo multidisciplinar de pesquisas – as etnografias urbanas no Brasil –, pretendo me apropriar de parte da bibliografia produzida nesse campo, tomando-a não como referencial teórico, mas como ela própria um objeto de análise. Ao longo do texto eu especificarei melhor que bibliografias e que discussões me serviram de suporte para a essa reflexão e de que forma eu busquei extrair delas algum dado.

Devo ressaltar também que esta pesquisa não mobiliza a etnografia apenas de maneira crítica. Na verdade essa pesquisa, embora não tenha a etnografia como técnica privilegiada de análise, parte de uma perspectiva etnográfica, na medida em que o tema dessa reflexão me foi proposto não por alguma das bibliografias dentre essas que eu aqui mobilizei, mas sim pela minha própria presença em campo. Ao longo do meu mestrado, eu estive em contato com uma série de eventos e de manifestações culturais e políticas na cidade de São Paulo, que a princípio constituiam o meu "objeto" de análise. Porém, ao longo da realização dessa pesquisa, em diversos momentos eu tomei contato com discursos que questionavam uma espécie de "divisão do trabalho acadêmico", segundo o qual as periferias, os sujeitos ou as manifestações culturais marginalizadas, ocupariam o

papel de "temas de pesquisas", enquanto os pesquisadores, em grande parte advindos de classes privilegiadas, ocupariam o papel de "pesquisadores", e portanto "sujeitos de pesquisas"[4].

Essa questão, na medida em que o campo me apresentou, me pareceu extremamente rentável para uma análise acadêmica. Porém, como a crítica desses atores ao trabalho acadêmico não é formulada em termos acadêmicos e não visa intervir em nosso debate, eu optei por construir essa argumentação não a partir do material etnográfico que eu produzi sobre essas manifestações ao longo desse período, mas sim partindo de uma análise crítica da própria bibliografia produzida no campo em diversos contextos históricos.

IV. Análise e discussão de dados

Como já foi largamente discutido por muitos estudiosos dos espaços urbanos na área das ciências sociais, as contribuições de pesquisadores vinculados à chamada escola de Chicago foram decisivas e pioneiras para que a área da sociologia urbana (e também a sociologia estado-unidense em geral) se constituísse, se consolidasse e se legitimasse. Mais do que proporem ideias inovadoras, os sociólogos da escola de Chicago inovaram ao criar novas formas, técnicas e instrumentos para a prática da sociologia.

A Universidade de Chicago, o principal núcleo de produção de sociologia e de antropologia na academia norte-americana no início do século XX (e um dos maiores até os dias atuais), foi idealizada no ano de 1890 e inaugurada dois anos depois, em 1892 (BECKER, 1996; COULON, 1995; EUFRÁSIO, 1995). Nesse contexto, a cidade de Chicago já convivia com uma série de transformações e de deslocamentos sociais, como a expansão abrupta do número de habitantes, sobretudo imigrantes, e a consequente complexificação do cenário urbano. Chicago estaria se tornando uma "cidade grande"[5]. A própria construção da Universidade de Chicago, e também a

[4] Importante ressaltar que essa noção de "divisão do trabalho acadêmico", da forma como eu aqui a defino, se refere especificamente ao campo com o qual eu busco dialogar, o das etnografias urbanas no Brasil, e sobretudo em São Paulo.

[5] A título de exemplo: Segundo menciona Coulon (1995), a partir de dados censitários da cidade de Chicago (produzidos justamente por pesquisadores da "escola de Chicago"), sua população, que em 1840 era de pouco menos de cinco mil habitantes, chegou a um milhão e cem mil habitantes em 1890, e em 1930 esse número chegaria a aproximadamente três milhões e meio de habitantes – para conferir a evolução desses indicadores populacionais

formação de seu departamento de sociologia e antropologia no mesmo ano de sua inauguração (o primeiro em ambas as áreas nos Estados Unidos), pode ser situada nesse contexto como resposta a certas demandas surgidas a partir dessa conjuntura.

Dentre os autores desse contexto inicial da escola de Chicago, destaco as contribuições de William Thomas[6], Ernest Burgess[7] e Robert E. Park[8]. Em relação às temáticas abordadas por esses pesquisadores, Coulon (1995) aponta dois grandes temas de interesse em seus trabalhos: A imigração e a criminalidade. Ambas se viam fortemente associados ao conceito de "desorganização social". O curioso acerca da forma com que esses pesquisadores concebiam esse conceito é que ela propunha uma espécie de associação entre essas duas temáticas – imigração e criminalidade – e a questão do "contato inter-cultural/étnico". Vale lembrar que muitas dessas pesquisas da escola de Chicago tinham um objetivo mais ou menos implícito de combater discursos de cunho biologizante e racializante que associavam, de forma acrítica, essas questões à simples presença de migrantes e imigrantes na cidade. Mas, ao desassociar essas questões a elementos de cunho cultural ou étnico, essas pesquisas as circunscreviam aos espaços da cidade que os grupos socialmente marginalizados habitavam, frequentavam ou praticavam seus atos delitosos[9].

Já no final da década de 60, depois de uma longa "guinada funcionalista" que marcaria a sociologia mundial pós-1935 (contexto em que o tipo de pesquisa desenvolvido pela escola de

no período referido, ver Eufrásio (1995, p. 42). Outro dado curioso: No ano de 1900 mais da metade da população da cidade havia nascido fora dos Estados Unidos (COULON, 1995, pp. 11-12).

6 Um de seus trabalhos mais notórios é o estudo *The pollish peasent*, que discute os deslocamentos das práticas e das tradições camponesas na Polônia em um contexto de crescente urbanização. Porém, ele é também bastante conhecido por ser o autor da frase que ficaria conhecida como o "teorema de Thomas": "Se os homens definem situações como reais, elas são reais em suas consequências".

7 Sua grande contribuição na produção da escola de Chicago foi a reflexão em torno do conceito de "ecologia humana", a partir do qual os pesquisadores de Chicago buscavam desassociar questões como a pobreza e a delinquência a fatores biológicos, associando-as aos espaços da cidade em que essas práticas se davam. Outra importante contribuição de Burgess, ainda dentro dessa discussão sobre a "ecologia humana", foi a utilização dos chamados "mapas de zonas cocêntricas" para uma análise dos espaços urbanos. A partir dessa ferramenta de pesquisa, produziram-se uma série de mapas de concentração de atividades criminosas, de concentrações de populações étnicas, entre outros.

8 Pesquisador e militante em prol da integração dos negros na sociedade norte-americana, Robert E. Park contribuiu significativamente para o inicio dos debates sobre etnicidade na escola de Chicago. Em conjunto com Burgess, foi um dos formuladores do conceito de "ecologia humana".

9 Não a toa, algumas das inovações metodológias propostas pela escola de Chicago foram apropriadas por outras áreas do conhecimento, como o direito penal e a criminologia (áreas essas que influem diretamente na gestão pública municipal, sobretudo na área de Segurança Pública).

Chicago cai em desuso perante a pesquisas de desenho quantitativo e debruçadas sobre questões macrossociais), outra escola sociológica bastante relevante para a constituição de uma genealogia dos estudos urbanos inicia sua produção. A chamada escola sociológica marxista francesa, composta por autores vinculados à Universidade de Paris – como Castells, Lefebvre e Lojkine – surge exatamente no contexto da França pós-maio de 68, que poderia ser descrito como marcado pela eclosão de uma série de movimentos sociais e de mobilizações políticas em meio a uma intensificação das práticas estatais voltadas a uma regulação e a um planejamento dos espaços urbanos. Tal contexto inclusive fez com que as instituições estatais que atuavam nesse campo se aproximassem das ciências sociais, atuando como financiadores de diversas pesquisas sobre o cenário urbano. Nesse contexto, a crítica formulada por Castells vai no sentido de que a própria "questão urbana" é, antes de tudo, uma questão política – e de que a sociologia urbana seria "uma ideologia"[10].

Partindo dessa perspectiva, Castells buscava através de suas pesquisas pensar o Estado enquanto agente que atuava no sentido de uma operacionalização da questão urbana por parte dos fluxos do capital globalizado, que convertiam a própria cidade em um locus do consumo e da reprodução do trabalho. Uma série de autores se inspiraram nessas assertivas e nessa perspectiva teórica, e produziram diversos estudos tematizando a questão do planejamento urbano. Ainda que o horizonte desses trabalhos fosse o Estado enquanto operador de dinâmicas do capitalismo globalizado no cenário urbano, muitos deles, pelo menos na fase inicial da produção desses autores – que foi talvez a que mais tenha sido apropriada pelos estudos urbanos no Brasil – tematizavam também os atores políticos emergentes que questionavam e que se mobilizavam politicamente em oposição a esse processo: Os movimentos sociais urbanos.

Além dessa sociologia marxista surgida na França, esse mesmo contexto dos anos 60 presenciaria a notoriedade de autores ainda ligados à tradição de pesquisas da escola de Chicago. Dentre eles, destaco Becker e sua contribuição para a sociologia do desvio[11] e também Goffman e sua discussão sobre a constituição do self[12]. Já nos anos 80 e 90, surgiria novamente na França um

[10] Para uma descrição histórica desse movimento intelectual, ver Mendoza (2000).
[11] BECKER, 2008.
[12] GOFFMANN, 2002.

outro grupo de pesquisadores, produzindo pesquisas etnográficas e partindo de uma perspectiva teórica pragmatista[13]. Alguns desses pesquisadores inclusive conduzem/conduziram ou orientam/orientaram pesquisas em cidades brasileiras, como São Paulo, ampliando o contato entre os estudos urbanos no Brasil e na Europa, sobretudo na França. A partir desse momento já é possível se dizer que havia um diálogo mais próximo entre sociólogos e antropólogos que estudavam os espaços urbanos do Brasil (e não apenas "no" Brasil). De um lado, os antropólogos passavam a mobilizar certas discussões sociológicas em seu leque de referências teóricas; de outro, os sociólogos se inseriam nos debates mais metodológicos sobre a etnografia, historicamente mais ligados à antropologia.

No campo da antropologia, as discussões sobre a cidade e sobre os espaços urbanos se desenvolveram em um contexto mais recente, e de forma mais descentrada. Ao contrário do que se deu com a sua correspondente sociológica, a antropologia urbana desde o seu início (nos anos 70 no contexto brasileiro) se viu intimamente ligada à necessidade de construir o seu próprio cânone de referenciais teóricos e ferramentas de pesquisa – questões também vinculadas à escolha das temáticas que essa vertente disciplinar em específico privilegiaria em suas análises.

Segundo argumenta Magnani (2003), a antropologia urbana em muitos contextos lidou com a resistência advinda da própria comunidade antropológica. Estes, em grande parte, defendiam que os espaços e os temas privilegiados da antropologia deveriam ser os chamados "povos primitivos". Em outras palavras, esses antropólogos defendiam que a prática antropológica deveria partir de uma relação de alteridade cultural radical, entre o pesquisador e os pesquisados – fosse para apreender a cultura dos nativos, fosse para produzir algum conhecimento a partir da interação entre culturas distintas.

Dessa forma, pode-se dizer que, tanto no contexto brasileiro quanto em diversas partes do mundo, as reflexões na área da antropologia que discutiam ou se localizavam nos espaços urbanos e "complexos" inicialmente figuravam como marginais – não apenas porque os antropólogos de modo mais geral se distanciavam desse tipo de temática, mas também porque a sociologia, que era a

[13] Dentre eles, destaco Bruno Latour, Luc Boltanski, Laurent Thévenot e Daniel Cefai. Nem todos eles se inseriram propriamente no debate dos estudos urbanos. Mas, ao se alinhar a uma perspectiva teórica pragmatista e ao propor discussões metodológicas sobre a etnografia, alguns deles chegaram a se tornar referências relevantes no campo.

disciplina que tematizava essas questões de forma hegemônica nas ciências sociais, o fazia partindo não de uma perspectiva culturalista e microssocial, mas sim de concepções mais próximas ao funcionalismo (DURHAM, 1986; MENDOZA, 2000). Pela própria posição de marginalidade que a antropologia urbana ocupava não apenas no contexto da antropologia em geral mas também no contexto dos estudos urbanos até os anos 60, ela se viu obrigada a atuar de forma criativa na formação de seus pontos de partida analíticos, mobilizando não apenas a bibliografia mais convencional da antropologia clássica como também discussões formuladas em outras áreas, com a intenção de trazer complexidade ao conceito de "cultura" afim de torná-lo aplicável a uma análise de populações e contextos urbanos.

No contexto internacional, os debates em torno de uma antropologia urbana se iniciariam principalmente na antropologia britânica, nos anos 50 e 60. Nesse contexto, é importante mencionar, havia uma ampla discussão na antropologia em torno de um temor pelo "fim das sociedades primitivas" a partir do avanço da modernização e da globalização[14], e também em torno da própria noção de cultura[15]. Em relação à prática das pesquisas antropológicas, que no contexto inglês ainda privilegiavam as "populações primitivas" africanas, constatava-se que os métodos e instrumentos tradicionais de se fazer etnografia já não davam mais conta de descrever adequadamente a cada vez mais crescente complexificação social daqueles espaços cada menos "tribais" e mais "urbanos". A partir de tal percepção, alguns autores começaram a trabalhar na construção de uma perspectiva teórica que se distinguisse do funcional-estruturalismo e de suas concepções reificadas acerca da "cultura" e das "representações coletivas", e que se aproximasse de uma teoria da ação, debruçada sobre a cultura produzida a partir da agência dos sujeitos, das suas práticas e das interações sociais deles com outros.

Esse grupo de autores, que foi liderado pelo antropólogo britânico Max Gluckman, ficaria conhecido como escola de Manchester. Composto por sociólogos e antropólogos, o grupo produziu um amplo material e uma série de trabalhos etnográficos a partir da inserção direta em um grande projeto de pesquisas junto a comunidades urbanas e rurais na África central. Tal projeto era capitaneado por duas instituições: A Universidade de Manchester e uma universidade na Zâmbia, o

[14] Ver, por exemplo, Lévi-Strauss (1962; 1975).
[15] Ver, por exemplo, Geertz (2008), Sahllins (2003) e Wagner (2010).

Rhodes-Livingstone Institute (que era então dirigido, justamente, por Max Gluckman). A partir da mobilização de referenciais teóricos tanto vindos da antropologia e da sociologia clássicas (como Durkheim, Weber, Malinowski e Radcliffe-Brown) quanto algumas das discussões propostas pela escola de Chicago[16], a escola de Manchester produziu um vasto material etnográfico sobre as questões da "destribalização" e também da etnicidade urbana nas sociedades africanas[17].

Em termos metodológicos, a escola de Manchester defendia e praticava uma articulação entre a pesquisa histórica, a partir de dados vindos de análise documental, e a pesquisa empírica, situada no nível microssocial das relações e interações interpessoais (BIANCO, 1987). Claro que nem todos os autores engajados nessa proposta disciplinar a concebiam ou a praticavam da mesma forma. Mas é importante pontuar que essa discussão não foi um "ponto de chegada", mas sim um "ponto de partida" para que se começasse a pensar e praticar novas formas de pesquisa que levassem em consideração a diversidade da dinâmicas e interações microssociais, no nível da superfície e em um ambiente socialmente complexo.

Nesse sentido, a produção e as reflexões da escola de Manchester podem ser vistas como um primeiro passo da antropologia em âmbito internacional no sentido do estabelecimento de uma reflexão mais aprofundada sobre a prática etnográfica em "sociedades complexas". Porém, no contexto da antropologia urbana brasileira, conforme expõe Mendoza (2000), a entrada desses trabalhos e dessas proposições metodológicas em um primeiro momento se restringiria à UNICAMP: Nas outras duas instituições universitárias que, assim como a universidade campineira, também concentravam a produção no campo dos estudos urbanos – a USP e a UFRJ –, essas discussões eram balizadas ainda pelos referenciais teóricos mais ligados à antropologia clássica, como Malinowski e Lévi-Strauss, e até por algumas contribuições em outras disciplinas ligadas ao marxismo, como Althusser, Gramsci e Thompson.

O campo da antropologia urbana no Brasil se desenvolveu mais solidamente a partir dos anos 70. Como bem expõe Durham (1986), já havia antes desse contexto estudos produzidos nos espaços urbanos na área das ciências sociais. Mas até então esses estudos se configuravam muito

[16] Para mais detalhes sobre a produção da escola de Manchester, ver Bianco (1987). Para mais sobre sua entrada e recepção no contexto brasileiro, ver Mendoza (2000).

[17] Alguns trabalhos seminais produzidos por esses autores: Bott (1971), Gluckman (1987), Mayer (1987), Mitchel (1969).

mais “estudos na cidade” do que “estudos da cidade”, na medida em que apenas se debruçavam sobre fenômenos presentes na cidade, e não sobre a cidade enquanto ela mesma um fenômeno. No entanto, a partir do momento em que a problemática da cidade se inseriu no escopo das reflexões antropológicas, a própria prática da antropologia enfrentaria um deslocamento. Em lugar de análises do social que privilegiavam as macro-categorias sociológicas, como Estado, partidos, instituições e sociedade, e que mobilizavam uma noção reificadora da “cultura”, essa nova antropologia das cidades – ou “das sociedades complexas” – partia de uma outra noção de cultura, mais atrelada ao âmbito da experiência individual e da interação social dos indivíduos em um plano concreto e empírico.

Se a cultura, em uma perspectiva prática, era a grande questão trabalhada por essa antropologia urbana brasileira em seu início, é notório que essa questão era analisada em grande parte a partir de populações que figuravam como marginalizadas no contexto da política institucional formal – e isso é especialmente válido para o contexto da produção paulista. Segundo bem descreve o trabalho de Mendoza (2000), esse foco muito se deve ao clima político da época, especialmente no ambiente acadêmico. Vale lembrar, nos anos 70 o Brasil passava por uma ditadura militar. Na academia esse período foi marcado por uma constatação contrastante: Ao mesmo tempo que os programas de pós-graduação de universidades públicas em diversas áreas (incluindo as ciências sociais) recebiam um volume significativo de verbas, a repressão e a censura se impunham enquanto elementos limitadores da produção científica sobre temas “de interesse político” (MENDOZA, 2000). De qualquer forma, ambos os lados desse processo dúbio acabaram corroborando para que os antropólogos urbanos da época vissem sua produção acadêmica e também sua atuação enquanto pesquisadores enquanto vinculadas a um projeto de redemocratização no Brasil. Ou seja, estudar a cultura das populações marginalizadas era também reconhecer-lhes a condição de sujeitos políticos legítimos. Partia-se do pressuposto de que essas camadas da população eram sub-representadas no debate político, e que a academia, ao “dar voz aos nativos”, estaria portanto atuando ativamente para uma emancipação política destes grupos.

Além de passível de críticas de cunho teórico e até mesmo epistemológico (críticas sobre as quais não pretendo me debruçar nesse momento), cabe salientar que essa noção de “dar voz aos

nativos" aplicada no contexto da antropologia urbana é intimamente situada nesse contexto social e político da transição dos anos 70 para os 80, um contexto em que se começava a discutir novamente a democracia e a inclusão social das populações marginalizadas. De fato foi nesse contexto em que presenciou-se a eclosão e/ou consolidação de uma pluralidade de atores políticos e de movimentos sociais vinculados a essas populações[18]. Segundo Durham (1986), por um lado, esse cenário favoreceu que a antropologia tivesse mais reconhecimento enquanto disciplina acadêmica produtora de um conhecimento válido e relevante na medida em que tematizava essas populações e esses movimentos em suas pesquisas. Mas, por outro, ele fazia com que os pesquisadores, ao manter vínculos políticos com esses agentes, se vissem pressionados a se engajar de forma prática na militância deles, o que ironicamente corroboraria para uma postura teoricamente acrítica.

Nas décadas seguintes, a antropologia urbana enfrentaria uma série de deslocamentos, não apenas teórico/metodológicos mas também temáticos. Se, no contexto dos anos 70, esses pesquisadores buscavam, através da cultura, refletir sobre a constituição social e política dos sujeitos urbanos, sobretudo os marginalizados[19], a partir dos anos 80 passou-se a discutir questões como a violência e o crime, novamente com um enfoque nas populações e nos bairros marginalizados mas, dessa vez, partindo de uma perspectiva mais relacional, buscando articular aspectos referentes à própria composição do espaço urbano como elementos constitutivos de marginalizações de forma concreta[20]. Acredito ser nesse momento que parte dos antropólogos ligados ao debate da antropologia urbana se aproximam de um outro campo de estudos que se começava a se consolidar no contexto brasileiro, o da sociologia da violência[21].

Mais contemporaneamente, podemos dizer que a antropologia urbana tem se voltado a outros temas e a outras discussões. As temáticas das periferias e das marginalidades permanecem

---

18 Para mais, ver Sader e Paoli. Ambos os trabalhos possuem forte influência das reflexões desenvolvidas pela sociologia marxista francesa, em especial Castells.

19 Exemplos de trabalhos que faziam essa discussão: Caldeira (1984), Zaluar (1994).

20 As inflexões nas trajetórias e nas perspectivas intelectuais das pesquisadoras anteriormente citadas nos servem de exemplo. Ver Caldeira (2000), Zaluar (2007).

21 Desse campo que aqui chamo de sociologia da violência, destaco a produção de autores ligado ao Núcleo de Estudos da Violência na USP (Sérgio Adorno, Fernando Salla, Nancy Cardia, entre outros), e dos pesquisadores cariocas Machado da Silva e de Michel Misse. O destaque a esses autores se justifica pelo fato de que eles, de diferentes formas, por trabalharem com questões também trabalhadas pelas etnografias urbanas, mantém algum diálogo (mais ou menos crítico) com esse campo.

fortemente presentes nessas pesquisas. E, embora possa se dizer que hoje mobiliza-se um referencial teórico bastante diverso daquele dos anos 70 e 80, os debates metodológicos em torno da prática da etnografia urbana ainda são pautados por questões parecidas com aquelas de anos antes. De certo modo a etnografia, e especialmente a etnografia urbana, ainda se vê fortemente atrelada a uma perspectiva mas apegada às práticas do que a concepções teóricas mais rígidas, que privilegia os aspectos tidos como mais triviais e rasteiros da vida social nos espaços urbanos – aqueles a partir dos quais as pessoas, a partir da sua interação e intervenção prática no urbano, atuariam no sentido de um "fazer-cidade" (AGIER, 2011). Nesse sentido, podemos dizer que, segundo defendem esses autores, os espaços urbanos se fazem não pela intervenção de estudiosos ou gestores públicos que a tomam como um ente apartado das práticas sociais que os ocupam e que a eles dão vida, mas sim pelas "pessoas comuns" – ou "citadinas", no nível de suas dinâmicas e interações cotidianas.

Se a recorrência de pesquisas tematizando as periferias e outros contextos sociais marginalizados não chega a ser uma novidade contemporânea, como já vimos ao longo dessa exposição, eu acredito que uma inovação atual reside na recorrência de estudos que tematizam as populações jovens e/ou as mobilizações culturais e estéticas nas periferias, como por exemplo o rap e o hip hop, a pixação e o grafitti, a literatura marginal, os saraus periféricos, os coletivos culturais periféricos, o funk, os rolezinhos, os skatistas, entre muitos outros exemplos[22]. Se a discussão sobre sujeitos periféricos enquanto sujeitos políticos não é nova, acredito ser nova a discussão sobre sujeitos autodeclarados periféricos (majoritariamente jovens) produzindo práticas e discursos políticos a partir da cultura e da estética – e não da política institucional ou de outros mecanismos políticos mais formais, como partidos ou movimentos sociais. A partir dessas pesquisas, temáticas como as "periferias" e as "margens" são revisitadas, desconstruídas, perspectivadas.

Porém, se ao longo dos tempos os estudos urbanos no Brasil, especialmente em São Paulo, produziram uma série de trabalhos que trouxeram complexidade às discussões acadêmicas sobre as periferias urbanas, acredito que ainda é pouco discutido nesse campo o fato de que, históricamente, esses mesmos "objetos" permanecem sendo os temas hegemônicos de nossas pesquisas. Não estou dizendo que esses temas não são temas importantes para se pensar a cidade. O que eu estou

[22] Cito alguns desses trabalhos: Aderaldo (2017), Bertelli (2017), Feltran (2017), Machado (2014), Nascimento (2006, 2011), Pereira (2017), Teppermann (2015).

propondo é um questionamento no sentido de que, muitas vezes, ao nos engajarmos em analisar certas temáticas e certas populações, nós ainda partimos do pressuposto de que as práticas, os discursos e os saberes desses grupos são deslegitimados pelo debate público, e em certo sentido nossa produção, bem como alguns aspectos propriamente práticos envolvidos nela, podem atuar no sentido de uma reafirmação desse silenciamento epistemológico.

V. Conclusões

Conforme busquei enfatizar ao longo desta exposição, as contribuições que se inserem no debate dos estudos urbanos no Brasil em diversos momentos estabelecerem uma articulação entre uma reflexão sobre as características e especificidades dos espaços urbanos e uma discussão mais propriamente metodológica a respeito da prática e da utilização do método etnográfico. Essas discussões muitas vezes foram propostas a partir de pesquisas que tematizavam questões vistas como "marginais" no cenário acadêmico de modo mais amplo.

Em relação à assertiva, que no contexto atual é aceita quase que de forma inconteste no campo, de que o pesquisador etnógrafo deve situar o seu olhar analítico no nível das pessoas e das práticas, não há críticas. Até, porque, isso é justamente o que confere à etnografia sua especificidade e sua riqueza enquanto método e perspectiva analítica. Porém, muitas vezes a mobilização desse argumento central parece vir acompanhada de uma extensão mais ou menos oculta: A assertiva de que, ao observar as pessoas e suas práticas, podemos reconstituir a constelação de significados que determinada prática carrega do ponto de vista subjetivo. Como se a proximidade espacial entre pesquisador e interlocutor naturalmente garantisse que eles ocupam o mesmo "território simbólico", e portanto que as práticas desses grupos poderiam ser apreendidas em toda a sua complexidade de significados pelo pesquisador mediante a convivência ou a permanência em campo.

Novamente, ressalto que minha intenção não é a de propor qualquer tipo de "fim da etnografia". Apenas estou propondo que a sua prática enquanto método e enquanto perspectiva de pesquisa se atente também a algumas reflexões estabelecidas em outros contextos acadêmicos.

Menciono especialmente duas reflexões que me parecem bastante importantes para se pensar algumas dimensões envolvidas na prática acadêmica de modo mais geral: *Orientalismo*, de Edward Said (1990), e *Pode o subalterno falar?*, de Gayatri Spivak (2010).

Por mais que nós enquanto pesquisadores não tenhamos a intenção de produzir estigmas ou de reproduzir alteridades sociais (muitas vezes, inclusive, tenhamos justamente a intenção oposta a essa), nossas pesquisas podem sim ser lidas enquanto elementos que reforçam a configuração desse contexto problemático ao reforçar a oposição entre pesquisadores e pesquisados. Por mais que a prática da etnografia privilegie as ações e os depoimentos dos interlocutores, ou dos "nativos", segundo ainda preferem alguns, ainda é o pesquisador quem "dá voz" a esses saberes sujeitados, e esse processo contribui para que a construção simbólica da própria noção de "marginalidade" seja reforçada justamente por consistir numa representação que a vê enquanto um "outro", partindo portanto de um ponto de vista reificador.

Isso significa que nós devemos abrir mão de partir de uma perspectiva de pesquisas que envolva o estabelecimento de uma relação de alteridade frente o universo pesquisado? Também não. As ciências sociais e a sociologia não devem abrir mão dessa perspectiva de pesquisa justamente porque é ela que garante que sejamos capazes de formular discursos e posicionamentos críticos perante as questões que estudamos. Mas devemos estar cientes de que, ao privilegiarmos historicamente determinados contextos e universos sociais como objetos de nossas reflexões, de certa forma corroboramos também por consolidar a distância entre o "nós" e os "outros" – distância essa que é inegavelmente expandida no contexto paulista e brasileiro em geral pelo fato de que, a despeito das periferias serem amplamente presentes nos debates acadêmicos, o próprio meio acadêmico, apesar dos avanços sociais nos últimos anos, permanece sendo um meio bastante excludente.

Por fim, cabe mencionar que esse texto possui o objetivo de iniciar um debate. Por isso eu não me propus a indicar alternativas ou soluções para o problema apontado. A minha proposta não é que simplesmente deixemos de produzir etnografias em ou sobre periferias urbanas. É apenas um convite para pensarmos, afinal, o que faz de um dado contexto um objeto digno de nossas pesquisas, e de que forma a própria realização dessas pesquisas podem atuar também, a despeito de

nossas intenções, no sentido de uma reafirmação de alteridades sociais. Uma sugestão que no momento me parece rentável é a de repensarmos sobre os limites e as potencialidades do próprio conhecimento etnográfico. Por mais que a etnografia, pelo seu teor descritivo e localizado, permita ao pesquisador um nível mais apurado de compreensão e análise dos cenários urbanos em sua complexidade, limitar sua utilização a um conjunto mais ou menos restrito de questões e de temáticas na minha visão é limitar o próprio método. E, mais do que isso, na medida em que nós mesmos nos localizamos no debate acadêmico brasileiro como "pesquisadores de marginalidades", acabamos por reforçar a imagem de que a etnografia é também um "método de pesquisa marginal" no contexto acadêmico mais amplo, o que dificulta ou inviabiliza que estabeleçamos debates com outros campos de pesquisas e de reflexões acadêmicas, e mesmo com outras áreas de análises ou intervenções sobre o cenário urbano fora das universidades.

VI. Bibliografía

ADERALDO, Guilhermo André. *Cidades em conflito: Câmeras, sprays, lugares e movimentos*. In: BERTELLI, Giordano. FELTRAN, Gabriel (Orgs.). *Vozes à Margem – Periferias, estética e política*. São Carlos: Edufscar, 2017.

AGIER, Michel. *Antropologia da cidade*. São Paulo, Editora Terceiro Nome, 2011.

BECKER, Howard. *Conferência: A escola de Chicago.* Mana, v. 2, n. 2. pp. 177-199. 1996.

BECKER, Howard. *Outsiders – estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. 2008.

BERTELLI, Giordano. *Errâncias racionais: A periferia, o RAP e a política*. In: BERTELLI, Giordano. FELTRAN, Gabriel (Orgs.). *Vozes à Margem – Periferias, estética e política*. São Carlos: Edufscar, 2017.

BIANCO, Bela Feldmann. *Introdução*. In: BIANCO, Bela Feldmann (Org.). *Antropologia das sociedades complexas*. São Paulo, Editora Global, 1987.

BOTT, Elizabeth. Family and social network. Londres, Tavistock, 1971.

CALDEIRA, Teresa. *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CALDEIRA, Teresa. *Cidade dos muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp/Editora 34, 2000.

COULON, Alain. *A escola de Chicago*. Campinas, Papirus. 1995.

DURHAM, Eunice. *A dinâmica cultural na sociedade moderna*. In: DURHAM, Eunice. *A dinâmica da cultura – Ensaios de Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

DURHAM, Eunice. *A pesquisa antropológica com populações urbanas*. In: CARDOZO, Ruth (Org.). *A Aventura Antropológica – Teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1986.

EUFRÁSIO, Mario. *A formação da Escola Sociológica de Chicago*. Plural; Sociologia, USP, São Paulo, n. 2. pp. 37-60. 1 sem. 1995.

FELTRAN, Gabriel de Santis. *Sobre anjos e irmãos: Cinquenta anos de expressão política do "crime" numa tradição musical das periferias*. In: BERTELLI, Giordano. FELTRAN, Gabriel (Orgs.). *Vozes à Margem – Periferias, estética e política*. São Carlos: Edufscar, 2017.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder. Rio de Janeiro*, Edições Graal, 1979.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeito, LTC, 2008.

GLUCKMAN, Max. *Análise de uma situação social na Zululândia moderna*. In: BIANCO, Bela Feldmann (Org.). *Antropologia das sociedades complexas*. São Paulo, Editora Global, 1987.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, Vozes, 2002.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *A crise moderna da Antropologia*. Revista de Antropologia, USP, São Paulo, v.10, n.1-2. pp. 19-26. 1962.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Raça e história*. In: LÉVI-STRAUSS, Claude. *Raça e ciência*. São Paulo, Perspectiva, 1975.

MACHADO, Giancarlo. *Praça Roosevelt: Sociabilidade e conflitos em um pedaço skatista da cidade de São Paulo*. Perifèria – Revista de recerca e formació em antropologia, UAB, Barcelona, n. 19, v. 1. pp. 82-107. 2014.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *A antropologia urbana e os desafios da cidade*. Tempo Social, USP, São Paulo, v. 15, n. 1. pp. 81-95. 2003.

MAYER, Adrian C. *A importância dos quase-grupos no estudo das sociedades complexas*. In: BIANCO, Bela Feldmann (Org.). *Antropologia das sociedades complexas*. São Paulo, Editora Global, 1987.

MENDOZA, Edgard S. G. *Sociologia da Antropologia Urbana no Brasil – A década de 70*. Tese de Doutorado em Antropologia, UNICAMP (Campinas-SP): IFCH, 2000.

MITCHELL, J. Clyde. *The concept and use of social networks*. In: *Social Networks in Urban Situations*. Manchester, Manchester University Press, 1969.

NASCIMENTO, Érica Peçanha do. *É tudo nosso! Produção cultural na periferia paulistana*. Tese de doutorado em Antropologia Social, USP (São Paulo-SP): FFLCH, 2011.

NASCIMENTO, Érica Peçanha do. *"Literatura marginal": Os escritores da periferia entram em cena*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social, USP (São Paulo-SP): FFLCH, 2006.

PAOLI, Maria Célia. *Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político*. In: HELLMANN, Michaela (org). *Movimentos sociais e democracia no Brasil*. São Paulo: Marco Zero/Ildesfes, 1995.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. *Fluxos insurgentes em São Paulo: Os rolês que marcam a cidade*. In: BERTELLI, Giordano. FELTRAN, Gabriel (Orgs.). *Vozes à Margem – Periferias, estética e política*. São Carlos: Edufscar, 2017.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores na grande São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SAHLLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2003.

SAID, Edward W. *Orientalismo: O oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SOUZA, Perci Coelho. *Uma crítica francesa acerca do espaço urbano*. Revista Ser Social, UnB, Brasília, n. 17. p. 59-112. jul-dez. 2005

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TEPERMAN, Ricardo. *Se liga no som: As transformações do rap no Brasil*. São Paulo, Claro Enigma, 2015

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo, Cosac Naify, 2010.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta – As organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1994.

ZALUAR, Alba. *Democratização inacabada: Fracasso da segurança pública*. Estudos Avançados, USP. São Paulo. Vol. 21. n. 61. pp. 31-49. 2007.